

DEVIRES DA AMAZÔNIA COLONIAL ANIMAIS E A FLORESTA NOS RELATOS DE VIAGEM SOB UMA PERSPETIVA DELEUZE-GUATTARIANA

BECOMINGS OF COLONIAL AMAZON ANIMALS AND THE FOREST IN TRAVELOGUES FROM A DELEUZE-GUATTARIAN PERSPECTIVE

MARIA EDUARDA GÓES*
mariagoesbs@gmail.com

MATEUS EVALDO HUGHES**
mateusevaldo79@gmail.com

WESLEY KETTLE***
wesleykettle@ufpa.br

Este artigo propõe uma análise sobre os animais nos relatos de viagem, escritos no contexto da colonização portuguesa na América durante o século XVIII, a partir da teoria das multiplicidades de Deleuze e Guattari. Utilizam-se os conceitos de *liso* e *estriado* para interpretar o processo de classificação científica aplicada pelos colonizadores aos seres vivos da Amazônia, o qual chamamos de estriagem colonial, de modo a transformar o "ecossistema amazônico" (EA) num "ecossistema colonial" (EC), argumentando que a transplantação da espécie bovina foi fundamental para o êxito do projeto civilizatório português nessa região. Também mobilizamos o conceito de *rizoma* para demonstrar como os papagaios criaram uma teia de relações com os seres humanos da sociedade colonial portuguesa, desafiando os limites entre humanidade e animalidade, com base nos relatos de viagem escritos pelo arquiteto Antônio Landi e o geógrafo Lobo D'Almada.

Palavras-Chave: *animal studies*, história ambiental, relatos de viagem, Amazônia colonial, Gilles Deleuze, Félix Guattari.

This article proposes an analysis of animals in travel reports, written in the context of Portuguese colonisation in America during the 18th century, based on Deleuze and Guattari's theory of multiplicities. The concepts of smooth and striated are used to interpret the scientific classification process applied by the settlers to living beings in the Amazon, which we call colonial striation, in order to transform the "Amazonian ecosystem" (EA) into a "colonial ecosystem" (EC), arguing that the transplantation of the bovine species was fundamental for the success of the Portuguese

* Estudante de História (Ensino Superior), Bolsista de Programa de Iniciação Científica PIBIC-UFPA (2021-2022), Universidade Federal do Pará *Campus* Ananindeua, Ananindeua, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1555-0921>

** Estudante de História (Ensino Superior), Bolsista PROEX-UFPA, Universidade Federal do Pará *Campus* Ananindeua, Ananindeua, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1551-7056>

*** Doutor em História, Docente de Ensino Superior, Universidade Federal do Pará *Campus* Ananindeua, Ananindeua, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5824-5700>

civilising project in the Amazon. We also mobilised the concept of rhizome to demonstrate how parrots created a web of relationships with human beings in Portuguese colonial society, challenging the boundaries between humanity and animality, based on travel reports written by architect Antônio Landi and geographer Lobo D'Almada.

Keywords: animal studies, environmental history, travelogues, colonial Amazon, Gilles Deleuze, Félix Guattari.

Data de recepção: 15-1-2023

Data de aceitação: 29-3-2023

DOI: 10.21814/2i.4535

1. Introdução

A partir do século XVIII, e com o desenvolvimento da Ciência Moderna e de pesquisas na área da História Natural, as observações sobre o mundo passaram a ser expressas numa linguagem considerada mais racional e científica no Ocidente, o que implicou mudanças na escrita e no conteúdo dos textos desse período. Mary Louise Pratt (1999), indica que a história natural “foi inquestionavelmente constituída dentro e por meio da linguagem”, e a flora e fauna, que antes do século XVI se restringiam aos apêndices dos textos, passam a ser narradas após o projeto científico de catalogação global, podendo constituir “uma sequência de eventos e estruturar um enredo” (p. 59), e formar a base narrativa principal de todo um relato. Segundo a referida autora, o projeto de História Natural determinou diversos tipos de práticas semânticas e sociais, destacando-se o relato de viagem.

Na segunda metade de Setecentos, a Europa atravessou uma paulatina revolução científica para um novo modo de produção de saberes, período que ficou conhecido como Século das Luzes. Em 1735, o naturalista Carolus Linnaeus (1707-1778) publicou a primeira edição de *Systema Naturae* (1758), obra que descreve sua hipótese classificatória para os três reinos da natureza, de acordo com a concepção de diérese criada por Aristóteles, e no mesmo ano, La Condamine (1701-1774) realizou a primeira expedição científica internacional europeia. Desse modo, por influência da revolução no campo científico, a literatura de viagem passou por uma transição gradativa entre dois formatos narrativos: a primeira fase, que transitava entre a empiria e a fantasia, na qual a natureza neotropical se misturava às lendas e descrições de seres mitológicos, dá lugar a uma nova etapa de relatos que descrevem os seres vivos com uma linguagem mais impessoal, alinhada aos sistemas de classificação totalizantes que emergiram na Europa e foram incorporados pelo projeto civilizatório (Papavero e Overal, 2003).

De acordo com o antropólogo Tim Ingold (2015), a cintura do corpo separa duas dimensões diferentes da experiência humana, a superior, relacionada com os projetos políticos e civilizatórios, e a inferior, parte que impulsiona o corpo no interior do espaço natural. A mão é civilizada, pois ela foi libertada pela anatomia para projetar e segurar ferramentas, enquanto o pé, durante a marcha civilizatória, tem sido afastado do campo de ação do intelecto, uma consequência do desenvolvimento técnico dos calçados, que aprisionam o pé, restringindo sua liberdade de movimento e retirando a sensibilidade de seu sentido tátil. A relação mão-pé se mescla com a relação entre o sociocultural e a vida material, entre “cognição e locomoção” e entre “uma mente em repouso e um corpo em trânsito” (Ingold, 2015, n.p). Tais narrativas construídas na relação mão-pé colaboraram no isolamento da experiência humana em relação aos demais elementos da natureza, o que se vê diretamente refletido nas expedições naturalistas e seus escritos.

A relação mão-pé pode ser observada na literatura de viagem escrita no contexto da segunda metade do século XVIII, em que Portugal e Espanha firmaram tratados com o objetivo de demarcar suas fronteiras na América, destacando-se os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) (Raminelli, 2008, p. 69). Por intermédio dos documentos coloniais, mãos brancas e europeias tentavam afirmar seu domínio sobre a floresta e os animais que a habitam, expressando-os em signos e imagens, tanto pelas interpretações do espaço contidas nos relatos escritos, como nos mapas e desenhos. A linguagem colonial se estrutura por meio dos vestígios deixados pelas mãos, e a escrita é o que separa o mundo político do mundo natural. O animal humano, especificamente o homem-

branco-europeu-católico, escreve para se apartar dos demais animais e do ecossistema, projetando o reflexo de si no mundo natural.

É com base nestes pressupostos que o presente artigo propõe uma análise interdisciplinar sobre os animais nos relatos de viagem, escritos no contexto da colonização portuguesa na América durante o século XVIII, a partir da teoria das multiplicidades de Deleuze e Guattari. Utilizam-se os conceitos de *liso* e *estriado* para interpretar o processo de classificação científica aplicada pelos colonizadores nos seres vivos da Amazônia, o qual chamamos de estriagem colonial, de modo a transformar o "ecossistema amazônico" (EA) em um "ecossistema colonial" (EC), argumentando que a transplantação da espécie bovina foi fundamental para o êxito do projeto civilizatório português na Amazônia. Também mobilizamos o conceito de *rizoma* para demonstrar como os papagaios criaram uma teia de relações com os seres humanos da sociedade colonial portuguesa no território do Grão-Pará, desafiando os limites entre humanidade e animalidade, com base nos relatos de viagem escritos pelo arquiteto Antônio Landi e o geógrafo Lobo D'Almada.

2. O liso e o estriado: classificando os não-humanos

Na filosofia deleuze-guattariana¹, “as multiplicidades são a própria realidade”, elas não podem se adequar em totalidades e “não supõem nenhuma unidade”. Na teoria das multiplicidades, inverte-se a relação entre o todo e suas partes: ao invés de a multiplicidade ser contida numa unidade delimitadora, todas “as subjetivações, as totalizações, as unificações, são processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades” (Deleuze & Guattari, 2000a, pp. 10-11). A partir desse princípio das multiplicidades cria-se a possibilidade de utilizar os conceitos desenvolvidos em *Mil Platôs* (2000): *molecular*, *liso*, *estriado*, *rizoma*, para desenvolver um retrato da colonização contrário às leituras dicotômicas dessa temporalidade, que estabelecem uma oposição entre história e natureza.

Para Deleuze e Guattari, “tanto no espaço estriado como no espaço liso existem pontos, linhas e superfícies”, mas, apesar de compartilharem estes elementos, há uma diferença em como eles se articulam dentro desses espaços. No espaço estriado, “as linhas, os trajetos têm tendência a ficar subordinados aos pontos [...] vai-se de um ponto a outro”, enquanto no liso, o inverso ocorre, pois “os pontos estão subordinados ao trajeto” (Deleuze & Guattari, 2000c, p. 197). Neste artigo, denominamos de “estriagem-colonial” a empreitada civilizatória europeia de ordenar o espaço ultramarino global, a partir dos adventos científicos e tecnológicos, inerentes às viagens internacionais e registrados nos respectivos relatos. Neste contexto, é de realçar que a estriagem-colonial não começa apenas quando os pés europeus tocam a floresta amazônica e descrevem os animais que a habitam, mas bem antes, enquanto navegavam pelos mares que a circundam. O mar é “o arquétipo de todas as estriagens do espaço liso”, é no mar que, pela primeira vez, “o espaço liso foi domado” (Deleuze & Guattari, 2000c, p. 199).

A construção progressiva de um espaço estriado sobre o mar na expansão ultramarina foi viável a partir do trabalho intelectual das mãos, pelo desenvolvimento de ferramentas científicas da astronomia e da geografia, respetivamente, o ponto, “que se obtém por um conjunto de cálculos a partir de uma observação exata dos astros e do sol”, e o mapa, “que

¹ Corrente de pensamento filosófica produzida a partir da colaboração dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, com a publicação da coletânea *Capitalismo e esquizofrenia: O anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980).

entrecruza meridianos e paralelos, longitudes e latitudes, esquadrinhando, assim, regiões conhecidas ou desconhecidas” (Deleuze & Guattari, 2000c, p. 192).

Apesar da agência dos Estados, o processo de estriagem dos mares moldou-se, também, a partir das “forças naturais que impuseram os seus próprios ritmos à administração, ao comércio e à colonização”, com “os ventos e correntes” influenciando os “padrões de colonização” (Russel-Wood, 2010, p. 177).

A projeção executada pelas mãos civilizatórias não concluiu a estriagem marítima; as bulas papais e os “tratados bilaterais do século XV²” estabeleceram os parâmetros iniciais de execução do processo de colonização, pois os próprios monarcas portugueses não possuíam um planejamento político, e a estriagem marítima foi, progressivamente, efetivando-se através da improvisação” (Russel-Wood, 2010, p. 175).

Desse modo, houve “uma navegação nômade empírica e complexa que faz intervir ventos, ruídos, cores e sons do mar” e, posteriormente, “uma navegação direcionada, pré-astronômica e já astronômica, que procede por uma geometria operatória, baseada ainda unicamente na latitude, sem possibilidade de “assinalar o ponto”, só dispõe de cartas náuticas e não de verdadeiros mapas, sem “generalização traduzível” (Deleuze e Guattari, 2000c, p. 199).

Assim como no processo de estriagem do mar, os tratados de demarcação das fronteiras insistiam em estabelecer determinações métricas que tendem a reordenar o espaço e os seres da floresta amazônica. Diferente dos mares, na filosofia deleuze-guattariana (2000c, p. 60), a floresta já é um espaço estriado, porque ela possui uma organização em que as linhas estão subordinadas aos pontos, por exemplo, a navegação pelos rios em seu interior se dá sempre de ponto a ponto, sendo o ponto inicial a nascente de um rio em que a água corre em direção a outro rio, localizado em um ponto mais baixo do relevo. Ao contrário da ideia de que a floresta é o contraponto da experiência urbana do animal não humano, isto é, a floresta seria o caótico e o desorganizado, a floresta é organizada e setorizada em seus próprios termos.

Neste sentido, apesar de a floresta amazônica já ser naturalmente segmentada de forma estriada, a Monarquia Portuguesa possuía um outro modelo de estriagem, específico da organização dos homens. Deleuze e Guattari compreendem o aparelho de Estado a partir de um princípio de desterritorialização-reterritorialização³, e não de domínio territorial, modificando a forma como os homens relacionam-se com a terra. Assim, a escrita, linguagem das mãos, inventa a noção de propriedade que impõe uma “sobrecodificação da terra”, estabelecendo uma relação desterritorializada do animal humano com o território (2000c, p. 67). Essa desterritorialização feita pela mão civilizadora impõe uma mediação entre sociedade-cultura-política, por um lado, e natureza, por outro, que afasta o animal humano de seu ecossistema; é uma paradoxal aproximação artificial que se dá após um abrupto afastamento. Provavelmente, nesse distanciamento histórico nasce a ideia de que a civilização designa aquilo que é organizado, e a floresta designa o caótico.

O movimento que surge do afrente entre o espaço liso e estriado no mar é igualmente válido para pensar a estriagem de outros espaços. No processo de demarcação dos territórios pode-se dizer que há uma exploração nômade empírica e uma intervenção de forças da natureza. Em relação à floresta amazônica, a exploração nômade empírica foi realizada pelas expedições de demarcação, pois estas também mobilizaram o

² O Tratado das Alcáçovas-Toledo, assinado em 1479; e o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, são exemplos disso.

³ No pensamento deleuze-guattariano, a desterritorialização é definida como um movimento que se faz no abandono de um território, ela “é a operação da linha de fuga”, enquanto a reterritorialização é um movimento de confecção de um território (Deleuze & Guattari, 2000, p. 238).

conhecimento científico, por meio da geografia e da astronomia, para rearranjar o espaço amazônico a partir de determinações métricas relacionadas com parâmetros de demarcação impostos pelas ditas metrópoles, aproximando a função dos demarcadores da floresta da que era executada pelos navegadores no mar. A mão que tenta domar o mar, tenta também domar a floresta.

Para efetivar as determinações do Tratado de Madri (1750) “criaram-se equipes demarcadoras que contavam com engenheiros militares, cartógrafos, astrônomos, riscadores (desenhador), cirurgiões e capelães” (Raminelli, 2008, p. 71) que exploraram o espaço amazônico e efetivaram um processo de estriagem na criação de mapas e relatórios – o espaço é ordenado a partir de parâmetros geográficos mensuráveis, a floresta é organizada em setores distintos que estão subordinados a diferentes centros de poder na Europa. O que chamamos de “ecossistema” já não é livre: com a estriagem-desterritorialização, a floresta passaria a ter donos. A mão aponta para ela e a qualifica como propriedade de uma civilização - o “caótico” e “monstruoso” é ordenado e pacificado por possuir, agora, um pai soberano.

3. A construção do maquinário bovino

O filósofo DeLanda (2000, pp. 106-107) propõe uma perspectiva em que as cidades e vilas são consideradas ecossistemas, ao conceber a circulação de biomassa que existe entre os habitantes, que não se fecha dentro dos limites da cidade, mas inclui processos que ocorrem em espaços externos a ela. Nesse sentido, a progressiva estriagem-colonial realizada pelas equipes de demarcadores, a partir da exploração nômade empírica, utilizava como referência o próprio espaço estriado da floresta amazônica, e possuía a finalidade de redirecionar a circulação de biomassa do ecossistema da região de modo a viabilizar o projeto de colonização. Para que ele fosse viável do ponto de vista político-administrativo, tornava-se fundamental a existência de um plano de reorganização da cadeia alimentar da região.

Essa reorganização visa julgar as vantagens e desvantagens de uma possível anexação da biomassa de determinadas regiões da floresta amazônica num ecossistema colonial português. Assim, de agora em diante, as colônias não seriam apenas territórios com particularidades políticas, administrativas, jurídicas e culturais – o projeto colonial será indissociável de sua dimensão ambiental, englobando os diferentes seres que compõem a natureza das regiões colonizadas. Portanto, na perspectiva europeia, a colonização também é a história da organização de um ecossistema modificado pela ação humana: inspirados no argumento de DeLanda, criamos as terminologias “ecossistema colonial” e “ecossistema amazônico”. O ecossistema colonial (EC) surge parasitando a circulação de biomassa do ecossistema amazônico (EA) e simplificando a cadeia alimentar da região.

Na segunda metade do século XVIII, o método de expansão jurídica dos ECs é alterado pelos acordos entre Portugal e Espanha, os Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Tais tratados possuíam o objetivo de redirecionar os sentidos da estriagem-desterritorialização ao reorganizar a demarcação das fronteiras da América e o modo de efetivar o domínio jurídico do território. O Tratado de Madri contribuiu para a modificação das disputas territoriais entre portugueses e espanhóis ao propor uma nova abordagem de expansão territorial, que compreendia a posse da terra não pela “suposição de domínio político”, mas, sim, pela concretização a partir do “poder de intervenção”, fundamentado no “conhecimento concreto da região” e na “aliança com os seus habitantes naturais” (Araújo, R. e Carita, H., 2003, p. 156). O princípio do *uti possidetis*, “por meio do qual a posse era condição para determinar o domínio sobre o território”, foi consagrado

pelo Tratado de Madri, o qual, apesar de ser anulado em 1761, “ensejou uma reflexão sobre a importância da ocupação efetiva do território” (Chambouleyron, 2008, pp. 21-22).

Essa remodelação se dá para corrigir o aspecto excessivamente virtual do tratado de Tordesilhas. O redirecionamento feito no Tratado de Madri focalizou a forma como era executada a garantia das propriedades, adicionando a necessidade de compressão empírica da natureza de seus territórios para a instauração dos ECs. Entre os referidos tratados, houve fragilidades no modo de estabelecer o domínio, pois os ECs não poderiam se tornar viáveis apenas com a dimensão linguística das mãos. De acordo com os tratados, os ECs precisavam, sobretudo, dos pés. As expedições demarcadoras utilizavam como referência a própria estriagem natural do ecossistema das regiões para estabelecer os territórios. Os “rios, serras e demais acidentes geográficos” eram utilizados para estabelecer as “divisas naturais entre os domínios luso e hispânico” (Raminelli, 2008, p. 72). Podemos dizer, portanto, que o processo colonizador utilizou como base a estriagem que o próprio EA temporalmente estabeleceu, para instituir os ECs, através de uma sobreposição. O referido princípio do *uti possidetis* orientou uma demarcação das regiões que realizou uma ressonância entre a estriagem feita pelo EC e a estriagem do ecossistema da região.

Como foi exposto, no processo de estriagem da floresta, assim como no mar, existe uma exploração nômade empírica sustentada pelo desenvolvimento de ferramentas científicas. A partir do século XVIII, ocorre a revolução epistemológica na Europa que provoca o desenvolvimento de uma linguagem considerada mais “racional” e “científica”, com o aumento de escritos no campo da História Natural (Papavero e Overall, 2003), e tal aparato possibilitou uma reestruturação na perspectiva sobre os espaços. É a partir do surgimento dessa linguagem que as mãos se sobrepõem aos pés. Com essa linguagem científica aplicada ao contexto da colônia, apesar de os pés estarem presentes em toda a história colonial, os documentos são sempre vestígios de uma história da civilização das mãos. Todavia, a exploração nômade empírica que embasa a produção dos relatórios científicos na Amazônia colonial não se dá como uma iniciativa da metrópole de expandir o domínio da ciência no ultramar, mas de satisfazer as demandas para a construção dos ECs. A demanda principal dos relatórios era a de buscar informações sobre o espaço natural, de maneira a possibilitar formas de parasitar/explorar a circulação de biomassa do EA.

O relato escrito pelo geógrafo português Manuel da Gama Lobo D'Almada (1745-1799), e o inventário feito pelo arquiteto italiano Antônio José Landi (1713-1791), que serão analisados a seguir, foram organizados em temporalidades e sobre espaços diferentes. Apesar das distinções entre a escrita e os objetos de análise de cada relato, ambos estão direcionados para o mesmo objetivo, o de servir como colaboradores da expansão parasitária do ecossistema colonial português.

Antônio Giuseppe Landi formou-se como Mestre em Arquitetura e Perspetiva pelo Instituto de Ciências e Arte de Bolonha, na Itália. Com o estabelecimento do Tratado de Madri (1750), Landi foi convocado em 11 de abril do mesmo ano, pelo padre carmelita João Álvares de Gusmão, segundo as instruções do Secretário de Estado de Portugal, para integrar como desenhador a comissão de astrônomos, geógrafos, engenheiros e desenhadores que iriam ao Brasil com o desígnio de remarcar a fronteira entre os ecossistemas coloniais de Portugal e Espanha (Mendonça, 2003).

No artigo XX do Tratado das Instruções dos Comissários da Parte do Norte, assinado em 1752, há advertências que orientam os integrantes da equipe a não realizar apenas a estriagem-colonial, mas também mapear os elementos que constituem o ecossistema natural da região, como “os animais, rios, lagoas, montes e outras semelhanças”, com o

intuito de “servir para o adiantamento das ciências, o progresso que fizerem na História Natural” (Adonias, 1986, pp. 29-30).

Pelas mãos de Landi, foram desenhados fragmentos do EC, resultando no documento *Descrição das Plantas e Animais do Grão-Pará*, de 1772. A estriagem colonial da qual Landi participa, a partir do Tratado de Madrid (1750), está diretamente vinculada à tentativa de redirecionar a circulação de biomassa da região para o ecossistema colonial. Por isso seus relatos possuem tanto o sentido de suprir as demandas de demarcação, quanto o de um retrato dos elementos que compõem a natureza. A partir de 1780, já nos moldes do Tratado de San Ildefonso (1777), a metrópole portuguesa solicitava aos profissionais que o conhecimento fosse mobilizado para atividades que auxiliassem no objetivo de “preservar as fronteiras, incentivar o comércio e a agricultura” (Raminelli, 2008, p. 76).

O geógrafo Lobo D’Almada nasceu em 1745, na freguesia de Odivelas, em Portugal. Integrantes da família Lobo de Almada possuíam muita notoriedade perante Portugal em razão de seus feitos em nome da monarquia, e Lobo D’Almada carrega consigo o espectro colonial como uma necessidade ancestral de legitimidade. Ele construiu sua própria reputação na sociedade portuguesa por conta de sua atuação marítima em nome da Coroa Portuguesa e chegou à Amazônia com mil e vinte dois imigrantes que abandonaram Mazagão, por ordem da metrópole portuguesa, por conta de intensos conflitos com a população nativa da região (Reis, 1940, p. 7). Ele interpretou a nomeação oficial régia para comando da fortaleza de Gurupá e do governo da região como uma oportunidade de conquistar mais prestígio diante de Portugal (Reis, 1940, p. 7). O governador Pereira Caldas entregou ao geógrafo Lobo D’Almada o serviço de explorar o vale do Rio Branco, fornecendo as orientações em 30 de Dezembro de 1786 (Reis, 1940, pp. 16-17).

A documentação analisada é denominada de *Descrição relativa ao rio branco, e seu território*, datada do ano de 1787. De Portugal, foi ordenado que a comissão deveria formular um argumento que legitimasse a estriagem da região vinculada aos domínios de Portugal e fornecesse informações sobre a viabilidade de expansão do EC para essa região amazônica. A comissão deveria realizar o máximo de observações astronômicas e geométricas e confeccionar um mapa (Reis, 1940, pp. 17-18). Essas informações eram fundamentais para o estabelecimento de uma estriagem do vale do rio Branco. Lobo d’Almada, dessa forma, estava encarregado de instituir o domínio no vale e estudar as possibilidades de utilização dos recursos naturais e animais do ecossistema da região.

Numa temporalidade diferente, o geógrafo Lobo D’Almada atua, assim como Landi, como agente da coroa portuguesa na Amazônia. Eles personificam a civilização das mãos, e o relato analisado corresponde à tarefa conferida a Lobo de estabelecer o reconhecimento do território do vale do rio Branco sob o domínio de Portugal.

A estriagem se dá pelo mapa e a partir das ferramentas científicas da astronomia e da geografia. Por isso Lobo D’Almada foi encarregado da tarefa de exploração do vale do rio Branco, pois, como geógrafo, possuía as habilidades científicas necessárias para tanto. No relato de viagem, Lobo D’Almada também realiza várias anotações sobre como os animais e plantas do ecossistema do rio Branco poderiam ser redirecionados para a composição do projeto colonial português; além de estabelecer o domínio do território, a comissão possuía a tarefa de estudar as formas de exploração dos recursos presentes no ecossistema, ou seja, proceder a uma análise da viabilidade de acoplar a região no EC.

Em sua descrição sobre as plantas e animais, Antônio Landi revela tentativas de o ecossistema colonial transformar determinados animais da Amazônia em gêneros alimentícios, adequando-os à maneira de consumo europeu, sob a forma de produtos embutidos. Contudo, essa intenção de projetar o modelo de produção alimentar que era

aplicado à carne de porco na Europa não funcionou com as espécies amazônicas, como podemos observar no seguinte registro sobre os porcos domésticos ou “taitetu”:

A sua carne é ótima, apesar de serem silvestres, mas são muito grandes, os seus pelos são negros com as pontas brancas, e nada mais. Os porcos domésticos crescem tanto como na Europa, mas o clima não permite que se façam salames, presuntos e salchichas porque não duram, apesar de salgados, por muito tempo. (Landi, 1772 *apud* Papavero, Teixeira, Cavalcante & Higuchi, 2002, p. 160)

Não somente o taitetu, mas diversas espécies de animais do ecossistema amazônico foram capturadas pelo EC com o intuito de suprir as demandas alimentares e comerciais da sociedade colonial. No entanto, nenhuma demonstrou êxito para domesticação em larga escala, razão pela qual os europeus recorreram a projetos para promover a transplantação de espécies já aclimatadas na Europa, especialmente o gado bovino.

No relato de Lobo D’Almada, escrito algumas décadas após o inventário de Landi, fica evidente que a exploração desenfreada de espécies locais, como a tartaruga, poderia trazer malefícios para o ecossistema amazônico, e esse fator se torna tão significativo que o próprio Lobo expressa certa preocupação no seu relato:

Oppondo-me à matança das tartarugas, não digo que se não pesquem; mas sou de parecer que se defendam às virações, porque as tartarugas que então se apanham, é o ao ponto de terem acabado de deitar os ovos, e que por isso estão magríssimas, não sabem bem, e morrem logo as mais dellas. (...) (D’Almada, 1861, p. 664).

Na opinião do geógrafo, apesar da viabilidade de o EC se expandir no vale do rio Branco a partir desta prática exploratória, a produção de manteiga de tartaruga deveria ser restringida ao consumo das aldeias e dos agentes coloniais que viviam na região. Por conta da existência da produção de manteiga oriunda do rio Solimões, Lobo acredita ser desnecessário redirecionar a feitura do vale do rio Branco para a Capitania. Como alternativa para evitar o desequilíbrio ecológico causado pelo desperdício de tartarugas mortas, o geógrafo propõe que a capitania invista na introdução do gado bovino nos campos do rio Branco.

A introdução da pecuária bovina no vale, proposta por Lobo D’Almada, “cria” uma máquina conversora de biomassa que catalisa a reorganização da cadeia alimentar das regiões em que é introduzida. A transformação do gado em um maquinário de desterritorialização de ecossistemas pelos exploradores viabiliza o processo de estriagem feito pelo EC, devido à sua adaptabilidade com êxito no território amazônico. Espécies domesticadas, como os suínos, bovinos, caprinos, “podem ser consideradas conversores de biomassa” que auxiliam no processo de simplificação e “redirecionamento das cadeias alimentares”. O gado e as cabras são exemplos de como “biomassa indigerível”, como as folhas e grammas, é transformada em “carne comestível e leite” (DeLanda, 2000, p. 108).

O geógrafo enumera as vantagens que esse projeto, se fosse desenvolvido na região do vale do rio Branco, traria para a Capitania. Nesses tópicos se evidencia a relação entre o maquinário conversor de biomassa e o EC, num diálogo que se dá com o geógrafo procurando legitimar a mão civilizatória. Para Lobo D’Almada, a introdução do gado evitaria o estrago que ocorria com os ovos e com a banha das tartarugas, ou seja, o maquinário bovino conseguiria estabelecer uma distribuição de biomassa mais eficiente para o próprio sustento alimentício da região, e, externamente, a carne proveniente do comércio bovino poderia ser fornecida a outras povoações, o que poderia aumentar os rendimentos da capitania – o açougue seria o símbolo do progresso no ecossistema colonial.

4. Devir-papagaio no rizoma amazônico

No pensamento Deleuze-Guattariano, “todo ser é já devir”. Isso significa dizer que os seres são “múltiplos e díspares”, fazendo que cada ser seja “único e insubstituível” num mundo que está em constante transformação, e que todo ser seja um meio diferente para a vida se expressar. Isso serve para todos os tipos de seres, tanto animais humanos, animais não-humanos, quanto plantas e pedras, englobando o orgânico e o inorgânico (Schöpke, 2016). Para Deleuze e Guattari, o ser, ao viver, situa-se ao longo de linhas, e não em um perímetro, que denominam de “linhas de fuga”, ou “linhas de devir”, sendo que cada indivíduo, de cada espécie, teria sua “linha particular, ou seu feixe de linhas” (Ingold, 2015, n.p). Tais linhas não se definem pelos pontos que as ligam ou compõem; uma linha de devir “passa entre os pontos” (Deleuze & Guattari, 2000b, p. 95).

A partir da percepção das linhas de fuga, cria-se a possibilidade de repensar a relação entre a vida humana e o meio ambiente, sendo de destacar que o “entre” é privilegiado na análise, uma vez que este não é compreendido como um coadjuvante, uma articulação ou linha que somente conecta dois termos maiores (Ingold, 2015, n.p). A partir da inversão do “entre”, os indivíduos - linha ou feixe de linhas - relacionam-se com o ambiente por meio de improvisações. O meio ambiente é visto como um emaranhado de linhas de devir que se movem de forma não subordinada aos pontos, mas entre eles.

Nos relatos de viagem de Lobo D’Almada e Antônio Landi, pode-se pensar a floresta amazônica com a descentralização deste termo, lendo todos os elementos presentes nos relatos como linhas ou feixes de devir. Assim, não interpretamos a floresta como um objeto homogêneo que possui somente a funcionalidade de ser um suporte para efetivar a experiência humana em suas dimensões políticas, sociais e econômicas, ela se descentraliza, e a pedra, a cachoeira, o rio, os igarapés, o vegetal, a fruta e o animal se tornam, cada um, uma linha de devir. Para além do *status* de objeto passivo da vontade humana, a floresta amazônica torna-se uma coletividade molecular que se expressa nos relatos dos viajantes como fantasmas. A natureza não é compreendida em sua totalidade devido à própria incapacidade dos viajantes em perceber estes elementos enquanto linhas de devir.

Todos os elementos da floresta alcançados pelos olhos de Lobo D’Almada e Antônio Landi são transformados, integralmente, em produtos ou elementos para a composição do ecossistema colonial português. Na visão dos viajantes europeus, a sociedade molecular amazônica passa a ser posse da mão civilizatória. As relações políticas em que esses personagens históricos se situam são as de uma história contada a partir da perspectiva das mãos. É a história narrada a partir dos tratados de demarcação, mas a sociedade molecular foge às mãos, foge à própria historiografia dos animais “humanos”, uma vez que é composta pelas relações entre as linhas de devir, que ocorrem no ato de afetar e ser afetado.

O conceito *rizoma* oferece o aparato teórico-metodológico para analisar como as relações se dão na sociedade molecular. Diferente da lógica binária do modelo árvore-raiz (que necessita de uma unidade de poder), o rizoma não se conecta com as organizações de poder; ele obedece ao princípio da multiplicidade e é composto por “linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído”, mas, também, por “linhas de desterritorialização pelas quais ele foge” (Deleuze e Guattari, 2000a, pp. 19-26). Assim, num rizoma uma linha remete a outra e resguarda em seu movimento a possibilidade de ruptura e, posteriormente, de reintegração, compondo uma multiplicidade de linhas sem precisar de uma unidade de poder dicotômica ou dualista.

Nessa conjuntura, entendemos que os animais não-humanos do ecossistema amazônico são seres múltiplos que manifestam sua existência através de linhas de devir, por meio da interação entre as diversas espécies do bioma. Deste modo, os não-humanos configuram um conjunto de relações complexas entre si, que já ocorriam antes da estriagem colonial, como também mediante o contacto com os seres humanos. Através dessas interações, entre todos os animais humanos e não-humanos, e todo o emaranhado de linhas que esses seres traçam no espaço, pode-se compreender a formação de rizomas.

Um exemplo interessante de animal para ilustrar este pressuposto é o papagaio, ou *Psittacidae*, segundo a classificação taxonômica moderna, cujas espécies oriundas do ecossistema amazônico entraram em contato, afetaram e foram afetadas, pela estriagem colonial. Seja como criaturas eloquentes apreciadoras de vinho, pragas agrícolas ou mesmo encarnações do demônio, os papagaios sobrevoam o imaginário ocidental desde a Antiguidade Clássica (Teixeira, 2017), provocando sentimentos ambíguos que vão do fascínio à desconfiança por conta de sua capacidade de criar rizomas de inúmeras formas.

O zoólogo Dante Teixeira (2017) indica que a habilidade de emitir variados sons, semelhantes à linguagem humana, é o principal aspeto que tornou esses pássaros peculiares para os seres humanos, apresentando um "repertório comportamental muito elaborado" se comparado à maioria das demais aves mantidas em cativeiro. A relação rizomática entre o ocidente e os papagaios vem de séculos antes de Cristo, quando periquitos indianos foram levados para a Europa por viajantes, e as habilidades dessas aves atraíram a curiosidade de filósofos como Aristóteles em *Historia Animalium*, que atribuiu ao periquito "dotes de imitação", tornando-se mais insolentes quando consumiam a bebida alcoólica (Teixeira, 2017).

Com a estriagem marítima europeia, segundo Teixeira (2017), diversos animais oriundos da África e do Oriente foram transportados em grande quantidade para a Europa, dentre eles "exóticos" papagaios e periquitos. Os papagaios, todavia, já eram traficados antes dos séculos XV e XVI, existindo registros desses pássaros na condição de bichos de estimação de imperadores e sendo ainda, de acordo com diversas fontes documentais, conhecidos pelos mercadores árabes e associados ao sultão da Babilônia (Auersperg e von Bayern, 2019). Durante a ocupação portuguesa das Américas, houve o contacto entre os exploradores humanos e as espécies de papagaios neotropicais, que logo foram inseridas como mercadoria no fluxo comercial.

Teixeira (2017) demonstra que, apesar de sua tagarelice causar admiração, nos relatos do Brasil colonializado o papagaio é um dos animais mais citados como pragas. Enquanto linhas de devir, os papagaios interagem com o imaginário por meio de uma territorialização no campo linguístico, mas, também, atuam em desconexão, em linhas de desterritorialização, sendo considerados prejudiciais na agricultura. Se, por um lado, os bandos de papagaios facilitavam a sua apreensão, por outro lado, tornavam seus danos mais nocivos nas plantações, sobretudo as de milho, o que gerou reações violentas por parte dos sujeitos coloniais, os quais, no intuito de reduzir os prejuízos, matavam essas aves a tiro e pedradas.

A partir desse prisma, as representações ambíguas dos papagaios produzidas pelo cristianismo no decorrer dos tempos podem ser analisadas para compreender como os afetos entre o papagaio e o ser humano ocidental se deram mediante a linguagem. De acordo com Teixeira (2017), na Idade Média os papagaios eram associados ao cristianismo e também simbolizavam a Anunciação devido à sua capacidade de emitir tipicamente sons como "ave" ("salve" em latim), o que contribuiu para a construção de uma imagem de um ser próximo dos mistérios divinos. Contudo, essa associação começou a ruir no fim do período medieval, devido à Reforma Protestante, que produziu

a imagem de um papagaio malicioso e sem inteligência, que apenas repetia frases sem sentido e palavras de baixo calão, associado ao território das Américas.

Essa transição de representações projetadas sobre o papagaio pela humanidade, que de acordo com Teixeira (2017), desenvolveu-se mediante as inquietudes dos europeus diante da existência de uma criatura não-humana que pudesse ser tão eloquente e interativa, revelam o aspeto utilitário das relações construídas entre o Ecossistema Colonial (EC) e o papagaio, que transita de uma figura vinculada ao sagrado quando emite sons associados ao vocabulário cristão para uma imagem da encarnação do demônio quando emite sons considerados ofensivos, ou exibe uma cognição que ameaça competir com a inteligência humana, se responde de forma considerada complexa demais para um animal não-humano. Isto demonstra como o utilitarismo manifesto pelo Ocidente cristão para com o mundo natural limita “a diversidade zoológica a alimento, matéria-prima, inimigos a combater ou bestas subservientes destinadas a executar algum tipo de tarefa” (Teixeira, 2017).

Tal perspectiva utilitarista direcionada à natureza pode ser observada na *Descrição de plantas e animais* de Antônio Landi, quando o autor descreve os papagaios encontrados na Amazônia. O arquiteto italiano conta que, enquanto estava em Borba, localizada na região do atual Amazonas, comprou um papagaio, precisando chamar um amigo vigário para impedir que a ave fosse vendida para outra pessoa que ofereceu um valor mais alto. O dito papagaio “além de ser bellissimo, falava distintamente, tanto a língua portuguesa quanto a tapuia” (Landi, 1772 *apud* Papavero *et al.* 2002, p. 150). Nesse caso, podemos observar como o fato de o pássaro conseguir reproduzir duas línguas distintas, tanto a dos colonizadores como uma língua indígena, era muito valorizado na sociedade humana, o que também aumentava seu valor enquanto mercadoria, sendo um bem disputado pelos sujeitos inseridos no ecossistema colonial. Esse episódio torna por demais evidente que os papagaios, enquanto linhas de devir, fazem rizoma de inúmeras formas, sendo uma das formas de criá-lo a capacidade de emitir determinados sons e se articular com os troncos linguísticos por meio de improvisações.

Ao compreender, nos exemplos anteriores, o papagaio como um devir-animal, distanciamos-nos da afirmação antropocêntrica de que os papagaios “imitam” os seres humanos, enxergando essa relação como afetos entre devires distintos – um contágio entre espécies. Ao contrário das teorias do evolucionismo, Deleuze e Guattari não analisam as relações entre animais de forma genealógica. Para eles, o que há de devir na evolução são justamente as simbioses, os choques entre seres com pouca ou nenhuma filiação genética, denominando esse processo *bloco de devir*: “há um bloco de devir que toma a vespa e a orquídea, mas do qual nenhuma vespa-orquídea pode descender.”, assim como “há um bloco de devir que toma o gato e o babuíno, e cuja aliança é operada por um vírus C” (Deleuze & Guattari, 2000b, p. 15). É nesse sentido que seres ocupando posições tão distantes na escala taxonômica, como os *Psittacidae* e o *Homo Sapiens*, podem ser vistos como linhas que se cruzam e se afetam, criando um bloco de devir que atravessa distâncias estruturais e categorias que tentam afastar os humanos das demais espécies, e consequentemente, de sua própria condição enquanto animal. Ao realizar o ato que os documentos descrevem como “falar” – verbo que costuma ser restrito ao domínio da linguagem dos *sapiens* – o papagaio não quer se tornar humano, tampouco animal humano pode tornar-se pássaro; o processo que ocorre é único e diferente, pois:

Devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. Devir não é certamente imitar, nem identificar-se; nem regredir-progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a "parecer", nem "ser", nem "equivaler", nem "produzir". (Deleuze & Guattari, 2000b, pp. 15-16)

A habilidade dos *Psittacidae* em conectar-se com a linguagem humana demonstra como a historiografia pode interpretar a história dos animais e dos ecossistemas a partir da perspectiva rizomática. O que existe na história dos papagaios é um “entre”, que não se restringe à atuação dessa espécie de ave com os humanos; é o que configura um rizoma que destaca as formas de interação que os animais realizam ou não enquanto sujeitos históricos, assim como os humanos.

5. Considerações finais

O pensamento de Deleuze e Guattari dispõe novas ferramentas analíticas para o historiador pensar o tempo, que é a dimensão central da historiografia. O conceito de devir possibilita que o historiador capte os movimentos dissidentes que são invisibilizados pela narrativa histórica tradicional. Os documentos produzidos em diferentes contextos do passado são registros de um agrupamento de linhas de devir de uma determinada temporalidade, como o período colonial. Compreendemos todos os elementos que constituem os documentos analisados como devires da Amazônia Colonial, que realçam a importância da floresta e dos animais neotropicais, agentes que costumam ser invisibilizados na historiografia oficial em detrimento dos feitos de sujeitos humanos.

Empregar a noção de agência nesse sentido não significa desconsiderar as forças de opressão e dominação projetadas sobre os animais não-humanos, mas sublinhar a habilidade que, mesmo mediante tais fatores, eles têm de “agir, resistir, negociar e fazer história” (Osório, 2015, p. 86). Dessa maneira, a pesquisa aqui apresentada se concentrou em investigar como os animais presentes nos relatos de viagem escritos sobre a Amazônia no século XVIII também foram atuantes na história, e se adaptaram às circunstâncias postas pela sociedade colonial, como todas as espécies.

Dessa forma, visamos apresentar possibilidades teóricas de romper com o antropocentrismo nos estudos históricos, expandindo os horizontes da análise documental. Assim, propomos uma interpretação interdisciplinar entre a história ambiental e a filosofia deleuze-guattariana, com o intuito de contribuir para a ampliação de trabalhos lusófonos no campo dos *Animal Studies*.

REFERÊNCIAS

- Adonias, I. (1986). *Fauna e flora brasileira do século XVIII*. São Paulo: Fundação Emílio Odebrecht.
- Araújo, R., & Carita, H. (2003). A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. *Revista Camões*, 15(15), 151-165. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/publicacoes/outras-publicacoes/revista-camoes>
- Auersperg, A. M., & von Bayern, A. M. (2019). Who’s a clever bird—now? A brief history of parrot cognition. *Behaviour*, 156(5-8), 391-407. Disponível em: https://brill.com/view/journals/beh/156/5-8/article-p391_1.xml
- Chambouleyron, R. O Estado do Maranhão e Pará: territorialidade e ocupação (séculos XVII e XVIII). In: Serrão, J. V. (org). *A terra num império ultramarino*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – no prelo.

- D'Almada, M. G. L. (1861). Descrição relativa ao Rio Branco e seu Território (1787). *Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXIV, 680. Disponível: <http://ihgb.org.br/>
- DeLanda, M. (2000). *A thousand years of nonlinear history*. New York: Swerve Editions.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2000a). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2000b). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2000c). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5*. São Paulo: Editora 34.
- Ingold, T. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Linnaeus, C. (1758). *Systema naturae* (Vol. 1, No. part 1, p. 532). Holmiae (Laurentii Salvii): Stockholm.
- Mendonça, I. M. G. (2003). *Antônio José Landi (1713/1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Osório, A. (2015). Entre o real e o representado: um debate na história dos animais. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais: Cadecs*, 3(1), 75-94. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/cadecs/article/view/12275>
- Papavero, N., & Overall, W. L. (2003). A história natural no Tempo de Landi. *Seminário Landi e o Século XVIII na Amazônia*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305710851_A_historia_natural_no_tempo_de_Landi
- Papavero, N., Teixeira, D. M., Cavalcante, P. B., & Higuchi, H. (2002). *Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em: <https://ufpadoisponzero.wordpress.com/2015/09/16/landi-fauna-e-flora-da-amazonia-brasileira/>
- Pratt, M. L. (1999). *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC.
- Raminelli, R. (2008). *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.
- Reis, A. C. F. (1940). *Lobo d'Almada: um estadista colonial*. Manaus: Imprensa Pública.
- Russell-Wood, A. J. R. (2010). Padrões de colonização no império português, 1400-1800. In: Alencastro, L. F. D., Bethencourt, F., & Curto, D. R. *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, 171-206. Lisboa: Edições 70.
- Schöpke, R. (2016). O vitalismo libertário de Gilles Deleuze. Anti-humanismo e etologia dos afetos: A animalidade restituída. In: Oliveira, J. (ed.) *Filosofia animal: humano, animal e animalidade*, 279-312. Curitiba: PUCPRESS.

Teixeira, D. M. (2017). Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 25, 87-126. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139675>